



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

IAN ALVARES DOS PRAZERES FILHO

O SOL É PARA TODOS?: um retrato do preconceito racial no sul dos EUA do século XX.

Brasília, DF
2022

IAN ALVARES DOS PRAZERES FILHO

O SOL É PARA TODOS?: um retrato do preconceito racial no sul dos EUA do século XX.

Trabalho de Conclusão de Curso

Apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Professor Orientador: Luiz Paulo Ferreira Nogueiról.

Brasília – DF

2022

“Um júri nunca olha para um réu que ele tenha condenado, e quando os jurados entraram, nenhum deles olhou para Tom Robinson.”

Harper Lee

Resumo: O presente trabalho dedica-se à análise do livro *O sol é para todos*, de Nelle Harper Lee. Assim, procura-se identificar as representações históricas produzidas na escrita e trabalhar o ambiente social e político que cercava a obra de Lee, sobretudo a respeito do intenso preconceito racial contra os negros e a resistência do Movimento pelos Direitos Civis, além de trabalhar com algumas referências da obra aos casos de estupro e de linchamentos nos EUA.

Palavras-chave: Representações históricas; preconceito racial; estupro; linchamentos; Nelle Harper Lee.

Introdução: “Continuo achando que tudo começou com os Ewell.”

Muito da boa literatura é fundamentada nos aspectos sociais e culturais de uma sociedade e de uma época. Diante disso, surge a ideia de produzir, mediante leitura crítica, uma análise histórica da sociedade sulista norte-americana a partir do sucesso literário de Nelle Harper Lee, denominado “*To Kill a Mockingbird*” (*O sol é para todos*, traduzido para o português). Assim, o objetivo dessa monografia é identificar e compreender as principais representações históricas presentes na obra, contextualizá-las e analisá-las a partir dos acontecimentos da narrativa criada por Lee.

Nessa linha, o enredo de *O sol é para todos* se desdobra na narração de Jean Luoise “Scout” Finch, uma menina de seis anos que, juntamente com seu irmão Jem, de doze, vê seu pai, o advogado Atticus Finch, ser escolhido pelo juiz do condado de Maycomb para realizar a defesa de Tom Robinson, um homem negro, falsamente acusado por Robert Ewell de estupro de sua filha, uma mulher branca chamada Mayella Ewell. Mesmo Atticus provando a insustentabilidade das acusações e a falta de provas concretas, o júri aponta Tom Robinson como culpado. Após voltar à cadeia, Tom, sem esperanças no direito de recorrer, tenta fugir, mas é morto a tiros. Robert Ewell, sentindo-se humilhado, certa noite tenta assassinar os filhos de Atticus, porém são salvos por um curioso vizinho, apelidado de Boo Radley.

Apesar de a obra não ser, segundo a própria autora, real, ela constrói uma imagem bastante verdadeira da sociedade sulista norte-americana e trata de questões sociais, dos costumes da época e dos preconceitos oriundos dessa sociedade na obra ambientada na década de 1930. Entende-se, desse modo, que o renomado romance, para além de uma

história fictícia, é também um retrato bastante elucidativo da organização social da sociedade sulista norte-americana do período histórico, na qual é possível enxergar os costumes e as convenções construídas em torno de uma lógica sócio-política carregada de preconceitos.

Outrossim, é mister perceber que o contexto de produção da obra literária, de uma forma ou de outra, também acaba por influenciar na escolha dos temas tratados por Lee. Vale dizer, a escrita do livro foi feita contemporaneamente à ascensão dos movimentos pelos direitos civis nos EUA e de várias decisões da Suprema Corte dos EUA em prol da igualdade racial. Assim, todos esses acontecimentos que cercavam a autora influenciaram na sua perspectiva, na escolha dos temas tratados e até mesmo na construção de seus personagens e enredo. Da mesma forma, a autora ter decidido tratar de temas os quais se encontravam em relevância evidentemente teve forte papel na grande recepção que a obra teve tão logo houve seu lançamento.

Nesse sentido, o argumento deste trabalho é a de que, mesmo cerca de sessenta anos após seu lançamento, o livro de Harper Lee continua a ensinar a respeito da desigualdade racial e de que forma ela influenciou na sociedade norte-americana. Ademais, ensina-nos não apenas o modo com que o racismo consolidou-se em tal conjuntura histórica, mas, sobretudo, de como perpetua-se, e de como afeta as instituições ditas mais democráticas e como alcança desde as relações sociais mais complexas até as mais triviais.

A crença, entretanto, no poder educacional do romance de Harper não foi compartilhada por todos. Poucos anos depois de seu lançamento, em 1966, a direção escolar do condado de Hanover disse que iria remover *O sol é para todos* das escolas do condado, sob a alegação de que o livro seria imoral, uma vez que traz à tona temas sensíveis, como o de estupro. As tentativas de bani-lo dos currículos escolares continuaram durante as décadas de 1970 e 1980. Mesmo muitos anos depois, em 2017, o livro foi removido das salas de aula de Biloxi, Mississippi, em razão especialmente das diversas reclamações a respeito da expressão "*nigger*", termo pejorativo utilizado para se referir a pessoas negras. Após protestos que defendiam a liberdade de expressão, o livro voltou a ser utilizado, mas dessa vez com autorização dos pais. No ano seguinte, em 2018,

o livro foi novamente banido nas escolas de Duluth, Minnesota, após inúmeras reclamações de pais.

O assunto é polêmico, mas a ideia é demonstrar que o livro de Harper Lee traz à discussão temas de suma importância e que devem ser notados e tratados sempre de maneira crítica. Isto posto, este trabalho se dividirá em três capítulos, de acordo com os temas que o livro traz à discussão. Evidentemente que todos os tópicos perpassam o tema central do trabalho - o vívido racismo presente na sociedade sulista norte-americana, sobretudo no momento em que a história se passa, na década de 1930, e no período em que a obra está sendo produzida e lançada, final da década de 1950 e início de 1960.

Desse modo, o primeiro capítulo contará uma breve história de quem foi Nelle Harper Lee, autora da célebre obra, e do caminho que traçou até a efetiva produção e lançamento do livro. Já o segundo começa contextualizando a estreita relação entre a escravidão e o enraizamento do preconceito racial na cultura estadunidense, para, posteriormente, demonstrar como se deu a institucionalização do racismo por meio das leis Jim Crow, bastante combatidas pelo movimento negro. Por último, explora-se a seletividade da história do estupro nos EUA e o caráter instrumental dos linchamentos.

“Mas eu ficava mais à vontade no mundo do meu pai”: de Monroeville à Maycomb, a trajetória de Harper Lee.

Nelle Harper Lee tornou-se numa das mais famosas escritoras norte-americanas do século XX. Nasceu em Monroeville, Alabama, Estados Unidos, no dia 28 de abril de 1926. Filha de Amasa Coleman Lee e Frances Cunningham Finch, era a mais nova dos quatro filhos do casal – Alice nascera em 1911, Frances Louise em 1916 e Edwin em 1920. Faleceu em fevereiro de 2016, aos 89 anos, deixando para trás um grande legado na literatura estadunidense. Nelle, cujo nome surgiu como uma forma de homenagem à sua avó materna (Ellen, mas soletrado de trás para frente), era uma mulher diferente das de seu tempo. Passara sua infância no pequeno condado de Monroeville, em meio à Grande Depressão americana, e mesmo em um ambiente de pouco incentivo à educação, desde bem cedo já demonstrava talento e afinidade com a leitura e a escrita.

Apesar das inúmeras semelhanças entre sua vida e determinados acontecimentos e personagens da obra *O sol é para todos*, a autora nega que a história criada seja uma autobiografia. Entretanto, não é possível ignorar ou desvencilhar-se inteiramente das relações existentes entre a obra e a vida da autora. A narrativa, inclusive, conta com inúmeras personagens as quais são baseadas em pessoas reais que de alguma maneira passaram pela vida de Harper Lee.

Vale dizer, muito de Scout, personagem principal e narradora de sua obra, origina-se quem foi Harper Lee na infância. Com apenas sete anos já possuía determinada fama em sua escola, a mesma, inclusive, que Scout – era temida por seus colegas de classe, especialmente pelos meninos, em razão de sua propensão a brigas. Valente, defendia colegas de (outros) valentões, sobretudo seu amigo de infância, Truman, o qual também serviu de inspiração para o personagem Dill. Ademais, tendia a ignorar as convenções sociais tradicionalmente impostas às mulheres, particularidade que se estendeu para além de sua infância, e apreciava mais macacões, leituras e brincadeiras no quintal do que propriamente vestidos e bonecas.

"Não tinha jeito, em breve eu teria de entrar naquele mundo em cuja superfície senhoras perfumadas faziam gestos lentos, se abanavam delicadamente e bebiam água fresca. Mas eu ficava mais à vontade no mundo do meu pai." (LEE, 2015, pág. 291).

Assim, mais do que uma rebelde que tende à violência, Harper Lee, tal qual Scout, era uma menina esperta, de forte personalidade, independente, crítica e desprendida das tradições impostas. O gosto pela leitura ainda muito cedo já a tornava diferente das crianças com quem convivia. Costumava desde muito jovem sentar-se no colo do pai para ler partes de jornais ou para brincar de palavras cruzadas. Antes mesmo de ingressar na escola pública, já estava alfabetizada. Provavelmente, da mesma maneira que Scout:

Agora que era obrigada a pensar no assunto, concluí que ler foi uma coisa que simplesmente me aconteceu, como aprender a abotoar a parte de trás do pijama sem me virar para olhar ou dar laços no cadarço do sapato. (LEE, 2015, pág. 29)

Em *O sol é para todos*, Scout também chega na escola já sabendo ler e escrever. Em ambas as situações, fantasia e realidade, passaram pelo trauma de serem repreendidas pela professora, com palmatórias, sob a alegação de que não se deveria aprender a ler ou a escrever fora da escola.

Enquanto eu lia o alfabeto, surgiu uma leve ruga entre as sobrancelhas dela e, depois de me fazer ler em voz alta quase todo o Meu Primeiro Livro (...), ela concluiu que eu era alfabetizada e me olhou com mais do que um mero desagrado. Mandou eu dizer ao meu pai para não ensinar mais nada, pois podia atrapalhar a leitura. (LEE, 1960, pág. 28)

Não havia muito a se fazer em uma acanhada cidade rural do Sul dos Estados Unidos do início do século XX quando se é criança. Em meados de 1860, cerca de trinta anos após a sua fundação, Monroeville, local em que nasceu a autora, contava com apenas trezentos habitantes, em razão de ser desconectada do resto do Alabama, sem ferrovias e rios por perto. A descrição feita por Scout de Maycomb, local em que se passa *O sol é para todos*, não foi tão distinta da de Monroeville:

Os dias tinham vinte e quatro horas, mas davam a impressão de durar mais. Ninguém tinha pressa, pois não havia aonde ir, nada que comprar nem dinheiro para tal, nem nada para ver nos arredores do condado de Maycomb (LEE, 2015, pág.8).

Assim, sem muitas opções e com pouco acesso aos brinquedos, Nelle recorria frequentemente à leitura. Seu pai, quando notou a paixão da filha pelos livros, deu-lhe de presente uma máquina de escrever. Com ela e em conjunto com seu colega Truman, produziu uma pequena história na qual a vizinhança de Monroeville tornava-se o palco e

os vizinhos os personagens principais, já dando os primeiros passos em direção à profissão de escritora que futuramente iria exercer.

Por volta de 1940, Harper Lee adentrou a escola pública *Monroe County High School*. Em 1944, já chegava a hora de decidir a carreira que gostaria de seguir e em que universidade ingressar. No mesmo ano, matriculou-se na *Huntingdon College*, em Montgomery, uma escola privada de mulheres, a mesma em que sua irmã Alice ingressara anteriormente.

Já em *Huntingdon*, Nelle passou a contribuir com artigos para o jornal do campus *The Huntress* e para a revista de literatura da faculdade, *The Prelude*. Nesta revista, escreveu pequenas peças de ficção e ganhou destaque não apenas por seu talento na escrita, mas especialmente em razão dos temas que decidia tratar, bastante chocantes para os seus colegas, tal qual a história de um homem negro que fora condenado à pena capital. Ou seja, temas envolvendo preconceito e violência racial, além de aspectos da justiça e injustiça, estavam frequentemente presentes em suas escritas. Tais assuntos, inclusive, viriam a ser objeto central da sua futura e única obra *O sol é para todos*.

Em 1945, frente a um dilema, decidiu pela opção que parecia ser mais sensata - seguir a carreira no Direito, em detrimento da busca pela carreira de escritora. Assim, ingressou na Universidade do Alabama, com direito a um ano de intercâmbio na Universidade de Oxford. Entretanto, não se encontrou no Direito, e desviou-se do caminho que seu pai, A.C. Lee, e sua irmã, Alice, haviam decidido seguir. Mesmo durante os estudos para tornar-se advogada, a paixão pela escrita sempre falou mais alto. Mais uma vez, escrevia para o jornal do campus e, pouco depois, assumia a função de editora da *Rammer Jammer*, uma revista de humor da época. Dessa forma, não vendo mais sentido em insistir na carreira no Direito, em 1949, com apenas 23 anos, largou a universidade, antes mesmo de adquirir o diploma, e mudou-se para Nova York, em busca, enfim, do sonho de tornar-se efetivamente uma escritora.

Já em Nova York, precisava de um trabalho para manter-se. Começou realizando expedientes em uma livraria, para logo depois conseguir um emprego na *Eastern Airlines*, como agente de viagens. Por volta de 1956, um casal de amigos, Michael e Joy, os Browns, decidiram dar um presente de Natal à Nelle que mudaria sua vida - custeariam todas as despesas de Lee por um ano, para que assim pudesse focar verdadeiramente na produção do livro que tanto sonhou, sem ter que intercalar o trabalho de escritora com

qualquer outro. O investimento valeu a pena e, em menos de seis meses, Nelle marcou uma reunião com a editora J.B. Lippincott & Co, e apresentou as suas produções base para um romance chamado *Atticus*, o qual futuramente seria renomeado *O sol é para todos*.

O sucesso foi imediato e o livro tornou-se um best seller internacional. Já em sua primeira obra, Nelle conquistou o que muitos autores renomados jamais conseguiram, mesmo com inúmeras obras produzidas - no ano seguinte, em 1961, recebeu o *Pulitzer Prize* de literatura. Em 1962, o livro conquistou uma versão nos cinemas, ganhadora do *Academy Award*, estrelado por Gregory Peck e Robert Duvall. Atualmente, a obra já foi traduzida para mais de 40 idiomas, além de contar com mais de quarenta milhões de cópias vendidas em todo o mundo.

Isto posto, inegavelmente, ficou marcada como uma das mais notáveis obras de ficção da história da literatura estadunidense. De acordo com uma votação feita pelo *Museum, Libraries and Archives Council*, *O Sol é para todos* é o número um em livros a serem lidos antes de morrer, levando vantagem, inclusive, sobre a Bíblia.

À vista disso, pode-se afirmar que muito do sucesso alcançado por *O sol é para todos* foi em função da relação entre os temas tratados na obra e o contexto social e político que os EUA atravessavam a partir da década de 50 e 60, mesmo momento de produção e lançamento da obra. Vale dizer, Harper Lee trabalha de maneira profunda com tópicos de justiça, preconceito e desigualdade racial. Sua obra, assim, questiona certos valores defendidos por muitos norte-americanos e coloca em xeque a crença de que a justiça dos tribunais estadunidenses alcança a todos sem exceção.

“Existem coisas no nosso mundo que fazem os homens perderem a cabeça; não conseguiriam ser justos nem se quisessem. Nos nossos tribunais, quando se trata da palavra de um branco contra a de um negro, o branco sempre vence. É horrível, mas é a vida.” (LEE, 2015, pág. 275)

O enredo principal de *O sol é para todos* gira em torno do fato de que o advogado Atticus Finch, pai de Scout, fora escolhido para realizar a defesa de um homem negro, Tom Robinson, acusado de estupro de uma mulher branca, em uma cidade fortemente marcada pelo racismo. Curiosamente, o pai de Harper Lee, A.C. Lee, também se aventurou no direito penal por um curto período e chegou a realizar a defesa de dois

homens negros acusados de assassinar um homem branco. Ambos acabaram sendo condenados à forca (SHIELDS, 2015, pág 9).

Ainda no que se refere ao enredo, após aceitar a função, toda a família de Atticus, especialmente seus filhos, Scout e Jem, sofrem as consequências, sendo constantemente zombados ou ameaçados por alguns moradores de Maycomb. Nota-se, desse modo, que a narrativa de Lee se entrelaça com acontecimentos reais da história recente norte-americana, em que as leis segregacionistas e o preconceito racial enraizados na sociedade dificultavam o acesso de homens e mulheres pretos à uma defesa digna, mesmo sendo, em muitos dos casos, inocentes.

Dessa forma, os temas da obra, embora seja ela de ficção, possuem forte apelo moral e estavam em sintonia com as reivindicações, por exemplo, do Movimento Pelos Direitos Civis, liderado por Martin Luther King, cuja ascensão à cena pública dos EUA tornava-se cada vez maior, e que lutava fortemente pela justiça racial no país. A obra, portanto, conversa com o contexto e com a história da sociedade em que foi produzida, o altera e é alterada por ele. Nesse ínterim, destacavam-se os duros combates da população negra contra as políticas discriminatórias institucionalizadas no país e a busca pela cidadania plena, bem como por todos os seus direitos políticos e civis. Por essas razões, a obra, que manifestadamente revela o racismo entremeado na sociedade americana e, especialmente, em seus tribunais de justiça, conta muito da realidade segregacionista do sul dos Estados Unidos e encontra-se profundamente vinculada ao contexto social e político estadunidense, do qual, por sinal, iremos tratar nos próximos capítulos.

Escravidão e a perpetuação do racismo: As leis Jim Crow e a resistência do movimento negro.

"Scout, por causa da natureza da função que exerce, todo advogado assume pelo menos um caso que o afeta pessoalmente. Tenho a impressão de que esse é o meu. Você provavelmente vai ouvir coisas horríveis sobre isso na escola, então me faça um favor: levante a cabeça e abaixe os punhos. Não importa o que digam (...) tente lutar com as ideias, para variar...mesmo que seja difícil." (LEE, 2015, pág. 101).

Na narrativa de Harper Lee, o momento em que o restante do condado de Maycomb ouve os boatos de que Atticus iria defender Tom Robinson das acusações de estuprar uma mulher branca marca o início da percepção de Scout,

e de seu irmão Jem, com o ainda vívido preconceito racial existente na pequena cidade. Nota-se, mais uma vez, que a obra de Lee, apesar de um pequeno recorte de uma história fictícia, serve um ponto de vista bem surpreendente do preconceito racial da época na sociedade estadunidense, especialmente a sulista. Isto é, a narrativa é um retrato sobre a maneira com que o racismo influi em casos extremamente complexos, como o de um homem negro falsamente acusado de estupro, mas também como entremeia-se nas mais simples relações interpessoais e atinge até os mais transparentes relacionamentos, tal qual o de duas jovens crianças, como Scout e seu primo Francis:

"Vovó diz por aí que já não basta vocês serem criados soltos por aí, agora ele também virou amigo dos pretos e nunca mais vamos poder andar pelas ruas de Maycomb. Ele está simplesmente arruinando a nossa família..." (LEE, 2015, pág. 110)

A história de Lee se passa na década de 1930, mais de meio século após o fim da Guerra de Secessão (1861 – 1865) e da promulgação da Décima Terceira Emenda à Constituição Americana (1865), que abolia efetivamente a escravidão no país. Seria extremamente complexo, para não dizer inconcebível, definir com precisão a origem do preconceito contra os negros nos EUA, porém legítimo afirmar que é consequência da escravização dos africanos e afro-americanos que perdurou por séculos no país.

Segundo Leandro Karnal (2007, pág. 63), em 1619, no início do período colonial, chegava à Virgínia o primeiro navio holandês contendo escravos africanos. Cinco anos depois, já em 1624, nascia em território estadunidense William Tucker, considerado o primeiro afro-americano. A maneira com que os negros tornavam-se escravos foi regulamentada por uma legislação do estado da Virginia, a qual definia que tal condição seria determinada pela própria condição da mãe. Nesses moldes, uma criança negra, fruto da relação entre um cidadão inglês e uma escrava, seria considerada escrava. (Karnal, 2007, pág. 64).

Com o passar das décadas, a escravidão desenvolvia-se e alcançava as demais colônias, tornando-se, adiante, cada vez mais fundamental para a

economia das treze colônias e para o incremento na absorção de capital britânico. Parte das produções agrícolas, desse modo, dependiam fortemente da mão de obra escrava, vale dizer, negra africana. A extinção do tráfico transatlântico já havia sido prevista na Constituinte de 1788, contudo, foi somente em 1808, já sob o governo de Thomas Jefferson, que ela fora de fato implementada. Mesmo sem as importações, todavia, o tráfico interno não apenas resistia, como crescia a cada ano, mormente em razão da expansão dos assentamentos, devido a Marcha para Oeste, estimulada pela crença compartilhada pelos norte-americanos no Destino Manifesto. De acordo com *o slave voyages database*, ao longo de toda sua história, cerca de setecentos mil africanos teriam sido desembarcados nos Estados Unidos. Quantitativo este, fruto, também, da necessidade de suprir a constante e alta demanda do país cuja economia crescia exponencialmente, sobretudo em função do desenvolvimento dos algodoads do sul (Karnal, 2007, falta página).

A Revolução Americana, burguesa, de 1776, marcadamente a independência do país, contraditoriamente, não aboliu a escravidão. Leandro Karnal escreveu "*Os ventos da liberdade de 1776 tinham cor branca*" (Karnal, 2007, pág. 66). Na mesma lógica, Edmund S. Morgan (2003), argumenta que esse seria o grande paradoxo da história estadunidense - a revolução que se baseava na expansão das liberdades e na dignidade humana fora claramente conivente com o sistema escravocrata, caracterizado pela exclusão e pela negação de tais direitos a determinados indivíduos. Mesmo Thomas Jefferson, imbuído de valores republicanos e liberais, fora dono de escravos, e influiu diretamente para que tais direitos não alcançassem sobretudo os negros africanos. (MORGAN, 2003). Atticus, no livro de Harper Lee, ao discursar no tribunal, nos relembra de uma frase do terceiro presidente dos EUA:

"Uma vez Thomas Jefferson disse que todos os homens nascem iguais, frase que os ianques e alguns membros do executivo em Washington gostam de nos lembrar". (LEE, 1960, pág. 255)

Em outro diálogo da narrativa, quando Atticus se dirige ao júri para convencê-lo da inocência de Tom Robinson, nota-se que o advogado faz alusão

aos valores humanistas de liberdade e igualdade defendidos pela Revolução Americana:

“Mas há algo neste país diante do qual todos os homens são iguais, há uma instituição que torna um pobre igual a um Rockefeller, um idiota igual a um Einstein e um ignorante igual a reitor de universidade. Essa instituição, senhores, é o tribunal de Justiça. Pode ser a Suprema Corte dos Estados Unidos, o juizado mais simples do país ou este honrado tribunal ao qual os senhores servem. Como qualquer instituição, os nossos tribunais têm falhas, mas são os maiores niveladores deste país, para os nossos tribunais todos os homens nasceram iguais”. (LEE, 2015, pág. 255)

Muito se questiona, inclusive, a respeito dos verdadeiros impulsos que resultaram na abolição em 1865. Quando Lincoln fora eleito, os sulistas o viam como um abolicionista, enquanto alguns nortistas o enxergavam como um conservador, por não se declarar abertamente a favor de um confronto com o fim de acabar com a escravidão (PURDY, 2007, pág. 132). Como dita Purdy, Lincoln poderia ser considerado um antiescravista, mas jamais um abolicionista abertamente declarado (PURDY, 2007, pág. 132). A Guerra Civil, na verdade, inicia-se principalmente porque Lincoln demonstrou não aceitar a secessão. Graças à luta dos abolicionistas e dos escravos, o confronto que havia se iniciado em função da tentativa de manutenção territorial, posteriormente tornou-se também uma guerra contra o sistema escravista. Somente por volta de 1863, Lincoln, pressionado, ao perceber que a liberdade total dos escravos granjearia popularidade e que poderia acelerar o fim da guerra, proclamou em janeiro a Lei de Emancipação dos escravos, válida por todo o alcance da União (PURDY, 2007, pág. 134).

Isto posto, compreende-se que os séculos de um sistema institucional escravocrata, que moldou a organização socioeconômica de parte das colônias e, posteriormente, do país, cujo *modus operandi* partia da "coisificação" e da exclusão do homem negro e da mulher negra, fora a principal razão pela qual o preconceito racial enraizou-se profundamente na cultura norte americana, de modo a resistir até os dias atuais. Isso significa que, mesmo após a abolição da escravidão em todo o território nacional, mediante a Décima Terceira Emenda, em 1865, o racismo persiste, por intermédio de outras formas de subordinação

racial de homens e mulheres afro-americanos que foram sendo criadas e impostas à população negra norte-americana.

Das novas formas de subordinação racial que foram sendo elaboradas, vale citar as leis de Jim Crow, as quais, em conjunto com práticas informais de racismo e separação, afastaram os afro-americanos do usufruto de seus direitos como cidadãos. Com a longa vigência de 1877 até 1964, as leis de Jim Crow foi como ficou conhecido o conjunto de legislações estaduais que impôs a segregação racial em grande parte dos EUA, sobretudo no sul do país, dando início a um verdadeiro *apartheid*, no sentido literal da palavra, e concretizando o racismo institucional na jovem nação. Tom Robinson, personagem de Lee, fora vítima desse sistema, como milhares de outros afro-americanos, que resultava em julgamentos parciais e tendenciosos, maculados de preconceito.

Ademais, tais formas de exclusão baseavam-se, por exemplo, na exigência de instalações próprias para brancos e negros, como banheiros ou bebedouros públicos, mas não se limitava a isso. Fosse em lanchonetes, bares, restaurantes, parques, bibliotecas, ambientes de produção cultural, Forças Armadas ou transportes públicos, como ônibus e trem, em todos os casos teria de haver segregação. Da mesma forma, a educação pública não se livrou das amarras do *apartheid*, e pessoas negras não podiam ter acesso às melhores escolas e universidades dos estados, cujo acesso era restrito a pessoas de cor branca.

Nessa conjuntura, embora a história fictícia de Harper Lee se passe na década de 1930, a autora não deixa de ser influenciada pelo contexto no qual a obra foi produzida, vale dizer, no final da década de 1950. Nesse cenário, cresciam no país casos de todo tipo de violência, precipuamente a policial, de degradação econômica e, sobretudo, de julgamentos parciais, eivados de preconceito, contra os afro-americanos. É o momento, também, de ascensão do Movimento Pelos Direitos Civis, de revolta perante os inúmeros casos de injustiça nos tribunais em desfavor de cidadãos afro-americanos e da memorável decisão da Suprema Corte dos EUA no caso *Brown vs Board of Education of Topeka, Kansas (1954)*, que definia a inconstitucionalidade da segregação racial praticada nas escolas sulistas dos EUA, resultado de uma extensa contenda jurídica iniciada pela *National*

Association for the Advancement of Colored People (NAACP), organização que atuava em prol dos direitos dos afro-americanos.

Tal decisão, inclusive, curiosamente, concretizou-se apenas sessenta anos após a própria Suprema Corte dos EUA definir que a doutrina "separados, mas iguais", pensamento base da lógica segregacionista do complexo de leis Jim Crow, não feria a Décima Quarta Emenda, a qual estabelecia que todos os homens eram iguais. (GOULART, 2017).

No final de 1955, o Movimento pelos Direitos Civis dos Negros ganhava ímpeto com a prisão de Rosa Parks, uma jovem mulher negra que se recusou a ceder o seu assento de ônibus a um homem branco em Montgomery, Alabama, como determinava a legislação local. No dia seguinte, a própria NAACP pagou a fiança, mas a detenção de Rosa Parks foi o estopim para um grande protesto do movimento negro norte-americano: o boicote aos ônibus de Montgomery, uma forma de resistência pacífica, bastante defendida pelo pastor evangélico Luther King. Com o aumento das pressões e dos protestos, o caso chegou novamente a Suprema Corte dos EUA, que decidiu ser inconstitucional a lei local e a discriminação dos negros nos transportes públicos do país.

Desse modo, tanto a decisão do caso *Brown* quanto a do boicote de Montgomery foram conquistas significativas para o movimento em direção ao fim da sub-hierarquização dos negros. Todavia, observa-se que mesmo tais jurisprudências não foram obedecidas de imediato, quando, na verdade, no sul do país, verificava-se um aumento na repressão racial, em uma tentativa justamente de barrar as mais recentes conquistas do ativismo negro. Segundo Goulart (2017), os segregacionistas temiam o mal maior da integração por entenderem que ela, primeira e logicamente, levaria a igualdade, tida como absurda, mas também porque ela resultaria na miscigenação, vista como uma contaminação do sangue dos brancos, e considerada um grande tabu, especialmente quando envolvia a relação de um homem preto com uma mulher branca.

Scout, em *O sol é para todos*, parece não entender bem o que seria uma pessoa "mestiça", e Jem tenta explicar:

“— Jem, o que é uma criança mestiça? — perguntei.
 — É metade branca, metade negra. Você já viu uma, Scout. Sabe aquele entregador da farmácia de cabelo encarapinhado? Ele é metade branco. São uma gente triste...
 — Por quê?
 — Porque não são nem uma coisa nem outra. Os negros não os aceitam porque são metade brancos, e os brancos não os aceitam porque são metade negros, então eles não são nada.
 Dizem que o Sr. Dolphus mandou dois filhos lá para o norte, onde ninguém se importa com isso.” (LEE, 2015, pág. 202)

Observa-se que, sob a perspectiva de Jem, um garoto de 12 anos, a miscigenação não parecia positiva e, até mesmo, confusa:

— Bem, então como você sabe que não somos negros?
 — Tio Jack diz que na verdade não dá para saber. Ele disse que, até onde conhece a linhagem dos Finch, não somos, mas podemos descender direto dos etíopes do Antigo Testamento.
 — Bom, se é da época do Antigo Testamento, já faz muito tempo, não importa mais.
 — É — disse Jem —, mas aqui no sul, basta uma gota de sangue negro para a pessoa ser considerada negra. (LEE, 1960, pág. 202)

Nesse mesmo sentido, as convicções da sra. Merriweather, amiga da tia de Scout, parecem bem representativas do pensamento dominante da época e da região:

"- Hipócritas, sra. Perkins, hipócritas de nascença - estava dizendo a sra. Merriweather - Pelo menos aqui no sul não cometemos esse pecado. As pessoas lá do norte os libertaram, mas não se sentam na mesma mesa com eles. Pelo menos, não temos o descaramento de dizer que são iguais a nós, mas é para ficarem bem longe da gente. Aqui, só queremos que eles vivam a vida deles e nós vivemos a nossa."(LEE, 2015, pág. 291).

Nessa conjuntura, os segregacionistas do sul, amedrontados com a possibilidade da miscigenação e da isonomia, organizando-se nos chamados *White Councils*, almejavam barrar os avanços conquistados pelos negros de todas as maneiras possíveis, recorrendo a assembleias locais e até mesmo à violência física, sempre com o fim de obstar a integração racial que o governo federal já parecia pretender (GOULART, 2017).

Para todos os efeitos, verifica-se que o trabalho de Harper Lee se iniciou em um momento de extrema tensão racial no país. Em vista disso, os principais temas tratados, ou até mesmo, os principais personagens da obra, não são frutos

de alguma coincidência, mas sobretudo consequência da capacidade de observação e interação de Nelle com o ambiente que a envolvia, tanto em sua infância num estado notavelmente racista, quanto no momento de produção da obra e que, de uma forma ou de outra, influi na sua percepção de mundo e molda suas concepções.

“O senhor sabe o que queremos.”: a história do estupro nos EUA e a “Era dos linchamentos”.

O clímax da obra de Harper Lee encontra-se no julgamento de Tom Robinson, um homem negro, casado e com três filhos, acusado erroneamente de estuprar Mayella Ewell, uma jovem mulher branca de dezenove anos, oriunda de uma família pobre do condado de Maycomb. No decorrer da audiência, Atticus tenta provar que, na verdade, Tom não agrediu Mayella, quando, de fato, o próprio pai, Robert Ewell, quem realizou a denúncia ao xerife, a violentava frequentemente e a teria espancado em tal ocasião, logo após ter descoberto que sua filha tivera relações com um homem negro. Um de seus argumentos rondava o fato de que as agressões estavam concentradas no lado direito do rosto de Mayella e, ao provar que Bob Ewell era canhoto, e que Tom possuía uma deformidade em seu braço esquerdo, demonstrou que os relatos da família Ewell contradiziam-se. Posteriormente, Tom contou a sua versão:

"Ela chegou perto e me beijou no rosto. Disse que nunca tinha beijado um homem e que dava no mesmo se beijasse um preto. E que o que o pai fazia com ela, não contava. Falou: "Me beija, preto", e eu pedi para ela me deixar sair dali, tentei correr, mas ela se encostou na porta e tive que empurrar a srta. Mayella. Não queria machucar ela, sr. Finch, pedi pra passar e então o sr. Ewell apareceu na janela e ficou esbravejando." (LEE, 2015, pág. 242).

Scout, por seu turno, concordava com a defesa de Atticus:

"Cheguei à conclusão de que, do jeito dele, Tom Robinson era tão educado quanto Atticus. Só mais tarde, quando meu pai explicou, entendi a delicada situação em que Tom tinha se metido: ele jamais ousaria tocar em uma mulher branca, em nenhuma circunstância, pois sabia que se fizesse isso não viveria muito tempo, então aproveitou a primeira chance de fugir, um sinal claro de culpa" (LEE, 2015, pág. 242)

Acusações de estupro de mulheres brancas por homens negros foram bastante comuns nos EUA da primeira metade do século XX. As formas de estupro, no sentido de qualquer forma de ato sexual forçado, são diversas e, a princípio, independem de raça, seja do transgressor, seja da vítima. Todavia, a história do estupro nos EUA, tradicionalmente, enfocou nos casos em que o perpetrador é o homem negro, e a vítima, por sua vez, a mulher branca, tal qual ocorre em *O sol é para todos*. De acordo com Jennifer Wriggins, esse afunilamento, vale dizer, essa "seletividade cega", trouxe duras consequências para as mulheres - disseminou o cepticismo nos casos em que mulheres negras são violentadas e, além disso, a negação de que todas as mulheres, independentemente de cor ou raça, podem estar sujeitas a alguma forma de coerção ou abuso sexual em suas vidas (WRIGGINS, 1983).

Scout e Jem, ainda muito jovens, de início, não entendem bem o que seria estupro e decidem perguntar a Atticus:

"O que é estuprar? — perguntei naquela noite. Atticus afastou o jornal e olhou para mim. Estava na cadeira ao lado da janela. Quando ficamos maiores, Jem e eu achávamos justo conceder meia hora a Atticus para ficar em paz depois do jantar. Ele deu um suspiro e disse que estuprar era ter contato sexual com uma mulher à força e sem o consentimento dela." (LEE, 2015, pág. 170).

Posteriormente, aparentando ter estudado o assunto mais profundamente, Jem comenta seus conhecimentos acerca da lei do estupro do Alabama, numa tentativa de melhor entender o caso de Mayella Ewell:

"Mas Jem rebateu esse argumento e tivemos de ouvir uma longa revisão dos depoimentos, somada aos conhecimentos dele sobre a lei do estupro: não era estupro se fosse consentido e a vítima tivesse mais de dezoito anos. Isso, pela lei do estado do Alabama. E Mayella tinha dezenove anos. Aparentemente, a mulher tinha de chutar e berrar, precisava ser dominada, pisoteada e, de preferência, desmaiar com uma pancada na cabeça. Se tivesse menos de dezoito anos, não precisava de tudo isso." (LEE, 2015, pág. 260).

Dessa forma, como dito anteriormente, o enredo gira em torno do estupro de uma mulher negra por um homem branco. Em contraste, na historiografia, pouco se produziu a respeito da negação histórica dos casos de estupro de mulheres negras. Desde o período da escravidão até os dias atuais, tais mulheres foram vítimas de um sistema que as inferiorizam e ignoram. Ainda de acordo com Wriggins, durante o período escravocrata,

o estupro de uma mulher negra não era considerado crime, fosse perpetrado por um homem preto, fosse por um branco. Após a Guerra Civil (1861-1865), ao menos em tese, o crime de estupro tornou-se neutro em relação a raças. Entretanto, a negação por parte do sistema legal de justiça de que mulheres negras também eram vítimas de abuso sexual, tanto de brancos, como de negros, persistiu vividamente (WRIGGINS, 1983).

Outrossim, chama-se a atenção para o caráter utilitarista da violação sexual de mulheres negras. Isto é, o estupro era utilizado como arma ou um meio para alcançar determinado fim. Durante a Guerra Civil, por exemplo, mulheres negras eram violentadas pelas tropas do norte, talvez como uma maneira de punição, ou somente com o fim de demonstrar superioridade e vitória, enquanto "libertavam" os estados do sul das amarras da escravidão (WRIGGINS, 1983). Ademais, após a Guerra da Independência, o estupro de mulheres negras também foi empregado pelo *mob* e pela *Ku KLux Klan* como método de aviso ou de intimidação. Para além disso, ressalta-se também que as mulheres negras, quando comparadas às mulheres brancas, viam-se consideravelmente mais vulneráveis aos abusos sexuais, em razão de trabalharem fora de casa, de maneira que ficassem visivelmente mais expostas aos olhos dos abusadores (WRIGGINS, 1983).

No que diz respeito ao reconhecimento (ou a falta dele) do estupro da mulher negra, é preciso levar em consideração que havia uma construção conceitual cultural de castidade que tendia a excluir mulheres afro-americanas. Vale dizer, partia-se do pressuposto de que uma jovem mulher branca era virgem e casta, concomitantemente à negação de que uma jovem mulher negra pudesse ser também. Desse modo, uma jovem mulher afrodescendente era preliminarmente vista como não casta, logo, imoral, o que significava, por sua vez, que não poderia haver abuso ou que, nesse caso, era aceitável (WRIGGINS, 1983). Dessa forma, compreende-se que o estupro da mulher negra, além de por muito tempo ter sido considerado legal, e, posteriormente, ter sido negado, foi utilizado como uma forma de manutenção e disseminação da superioridade branca nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX.

Entrementes, ao longo do período escravocrata, os códigos penais de inúmeros estados norte-americanos decretavam a pena de morte nos processos em que escravos ou negros libertos fossem condenados pelo estupro de uma mulher branca. É o caso do *Alabama Code* de 1852. Já o *Mississippi 1857 Statute* determinava a pena de morte para

estupro ou qualquer tentativa de relação sexual de um escravo com uma mulher branca com menos de quatorze anos. A *Tennessee 1858 Law* sentenciava especificamente à forca. Enquanto o *Missouri 1825 Statute*, por sua parte, estabelecia a castração como pena para estupro ou a mera tentativa de estupro cometido por homem negro ou mulato (WRIGGINS, 1983).

Em contrapartida ao rigor nas penalidades impostas aos negros, alguns estados não criminalizavam o estupro de uma mulher branca quando cometido por um homem também branco. E aqueles que o faziam, impunham uma pena mais branda quando comparada a do agressor de pele negra - consoante o *Virginia Code* de 1819, o estado da Virgínia sentenciava à morte a tentativa ou o estupro por um escravo, negro ou mulato, ao passo que, para um estuprador branco, estatua pena de dez a vinte e um anos. Desse modo, durante a escravidão, o sistema legal da maioria dos estados estadunidenses parecia enxergar apenas uma única forma ou combinação racial de estupro – aqueles casos que envolviam o agressor negro e a vítima branca (WRIGGINS, 1983).

A seletividade da justiça americana, no que tange a raça do agressor, é muito marcante. Notadamente o racismo tem papel central, pois disseminou a concepção de que os homens negros seriam como animais que agem puramente por instinto, além de aversos à honestidade, e incapazes de controlar seus próprios desejos quando perto de mulheres brancas. Atticus compreendia o estereótipo que o preconceito racial norte-americano havia construído e, na produção da peça de defesa de Tom Robinson, tentou convencer o júri a desvincular-se de tais discriminações:

“As testemunhas de acusação, com exceção do xerife do condado, se apresentaram diante dos senhores e deste tribunal com a cínica segurança de que seus depoimentos não seriam postos em dúvida, certos de que os senhores aceitariam a tese deles, a diabólica tese de que todos os negros mentem, todos os negros são, por princípio, imorais, que nenhum deles deve ser deixado perto de nossas mulheres, tese que podemos associar com mentes do calibre da deles.” (LEE, 1960, pág. 254).

Além disso, tal seletividade pode ser entendida como consequência da insegurança dos homens brancos perante a sua dita superioridade. Isso porque, conforme dita Karl Monsma, as aproximações sexuais, ou até mesmo românticas, entre homens negros e mulheres brancas eram tidas como desafiantes à honra dos brancos, que viam os afro-americanos como inferiores em diversos aspectos e as mulheres brancas como

propriedades. Assim, tais relações atingiam o âmago do orgulho branco pois, de uma forma ou de outra, iam de encontro à sua superioridade e implicitamente afirmavam a igualdade racial, algo então inaceitável. (MONSMA, 2013).

No caso de Tom Robinson, ressalta-se o fato de que ele ainda conseguiu ir a julgamento, porque, em inúmeras situações, os acusados eram linchados (trataremos em breve do assunto) antes mesmo de exercerem seu direito de defesa no tribunal. O problema é que, como argumenta Wriggins, é bastante complicado pensar até que ponto o sistema legal de justiça dos EUA pós-guerra Civil melhor protegia os direitos de homens negros acusados de estuprar mulheres brancas do que os próprios linchamentos. Isso porque, o *mob*, como os norte-americanos definiam as multidões que se organizavam para realizar os linchamentos, exerciam, durante a primeira metade do século XX, uma forte pressão sobre as cortes de justiça para que os homens negros acusados de estupro fossem condenados à morte, do contrário, eles mesmos os executariam. Ademais, até em situações as quais os réus eram condenados, o *mob* poderia não achar o suficiente, e realizar o linchamento mesmo assim (WRIGGINS, 1983).

Dessa forma, o ponto de Jennifer Wriggins é demonstrar que, mesmo que não houvesse a pressão do *mob*, um homem negro acusado de estuprar uma mulher branca teria de enfrentar um sistema legal de justiça que o tratava de maneira extremamente desigual. Por essa razão, inclusive, que o termo "linchamento legalizado" foi criado pela literatura jurídica contemporânea em referência ao tratamento do sistema de justiça norteamericano com os homens negros (WRIGGINS, 1983). Muitas vezes, as próprias cortes de justiça buscavam menosprezar os acusados e adicionar descrições inverídicas de como teria ocorrido o caso de violência sexual do qual um homem negro era suspeito: "[A vítima,] enquanto vestida apenas de seus pijamas foi levada a um local isolado e a dois blocos de sua casa, onde foi agredida, ferida, sangrando e exausta ela foi dominada..." (Maxwell v. State, 236 Ark. 694, 697, 370 S.W. 2d 113, 115 (1963)). Assim, o resultado de tamanha disparidade e parcialidade nos julgamentos de homens negros indiciados por violentar mulheres brancas era, em muitos dos casos, o mesmo que o *mob* pretendia - a morte do querelado (WRIGGINS, 1983).

No mesmo sentido, Marvin E. Wolfgang e Marc Riedel, em *Race, Judicial Discretion, and the Death Penalty* expõem dados de execuções nos EUA que permitem a

conclusão de que homens negros, quando condenados, eram desproporcionalmente sujeitos a tal sanção quando comparados a acusados de outros tons de pele. Entre 1930 e 1967, trinta e seis por cento de homens negros condenados por violentar uma mulher branca foram executados. Nessa conjuntura, oitenta e nove por cento dos homens executados por estupro nos EUA eram de cor preta. Assim, é verdade que os homens negros detinham maiores probabilidades de serem executados no acometimento de crimes gerais, não obstante, é possível notar que a desproporção é ainda maior quando o crime era o estupro de uma mulher branca.

Em *O Sol é para todos*, anteriormente ao seu julgamento, Tom Robinson passou alguns dias sob custódia na cadeia de Maycomb. Atticus, todavia, sabia que, embora Tom estivesse preso e, em teoria, sob os cuidados da polícia, ainda corria perigo. Em uma noite, de súbito, parecendo pressentir algo, Atticus separou uma longa extensão de fio elétrico com uma lâmpada na ponta, seu jornal e uma cadeira e os levou para a porta da cadeia, onde pretendia passar a madrugada. Scout, Jem e Dill decidiram segui-lo, escondidos. Mais tarde, algo aconteceu:

"Estávamos cortando caminho pela praça, quando quatro carros empoeirados se aproximaram pela estrada de Meridian, avançando devagar e em fila. Contornaram a praça, passaram pelo prédio do banco e pararam em frente à cadeia. Ninguém saltou do carro. Atticus levantou os olhos do jornal. Fechou-o, dobrou-o pausadamente, colocou-o no colo e empurrou o chapéu para trás. Parecia estar à espera deles." (LEE, 2015, pág. 189).

Assim que chegaram, os sujeitos tentaram intimidá-lo. Jem, Scout e Dill não sabiam quais eram as intenções desses homens, porém, ao que tudo indica, Atticus já esperava o que iria acontecer:

"— Ele está aí dentro, sr. Finch? — um deles perguntou.
 — Está, e está dormindo. Não o acordem — respondeu Atticus"
 "[...] — O senhor sabe o que queremos. Saia da porta, sr. Finch — disse um outro homem.
 — Dê meia-volta e vá para casa, Walter — disse Atticus, cordial. — Heck Tate está por perto.
 — Está porcaria nenhuma — disse outro homem. — A patrulha de Heck está tão enfiada na mata que só sai amanhã de manhã." (LEE, 2015, pág. 190).

No fim das contas, Scout, com medo de acontecer algo com o pai, acabou intervindo e deixando os homens sem reação e indecisos, até que optaram por dar a meia volta e ir embora. Esse acontecimento trazido por Harper Lee chama a atenção porque faz

alusão a um fenômeno perturbador da história recente dos EUA, o qual teve seu auge durante os anos de 1880 a 1930 - os linchamentos. De acordo com Bailey e Tolnay, a definição de linchamento veio após a chegada de um consenso alcançado em uma reunião chefiada pela NACCP, no estado do Alabama. Nesse sentido, um incidente seria considerado linchamento se unisse as seguintes características:

- "1. there was evidence that a person was killed,
2. the person was killed illegally,
3. a group of at least three individuals was responsible for the death, and
4. the group acted under the pretext of service to justice or tradition."(BAILEY e TOLNAY, 2015, pág. 3)

Nota-se que, consoante a citada definição, para que determinado caso fosse considerado linchamento era preciso que, necessariamente, ocorresse a morte da vítima. Nessa lógica, castigos, espancamentos e até castrações, se não letais, mesmo que incluíssem as outras características, não seriam considerados linchamento. Assim, essa forma de demarcação conceitual foi importante porque afunilou significativamente os casos que realmente podem ser considerados como linchamento, o que acabou por facilitar a sua sistematização e o seu estudo por sociólogos e historiadores (BAILEY e TOLNAY, 2015, pág. 2). Por outro prisma, acaba deixando de lado muitos outros que poderiam ser considerados como linchamento, mas não reuniam exatamente todos os requisitos, ou outros em que não foi possível acessar informações suficientes a respeito, por exemplo, do número de participantes.

Independentemente, os casos de linchamento nos EUA foram bem documentados, especialmente após o período da Reconstrução. A partir dessas documentações, Bailey e Tolnay demonstram que o número de linchamentos passou a crescer consideravelmente a partir de 1880, e atingiu seu ápice na década de 1890. De 1890 a 1894, ocorreram mais de cem linchamentos por ano (BAILEY e TOLNAY, 2015, pág. 11). Todavia, após 1930 os casos foram diminuindo, para uma média de dez por ano, e os linchamentos foram tornando-se eventos relativamente escassos (BAYLEY e TOLNAY, 2015, pág. 11).

Evidentemente que o aumento desse número nem sempre foi linear. Tanto antes quanto após seu ápice, notam-se outros picos de casos. Após a Primeira Guerra Mundial,

por exemplo, observa-se um acréscimo considerável no número de linchamentos, muito em função da volta de soldados negros que estavam em serviço na Europa, onde viam uma ordem racial bem diferente da que estavam submetidos em seu país. Não diferentemente, foi durante esse mesmo período que a *Ku Klux Klan* alcançou seu maior crescimento e influência política em inúmeras partes do país (BAILEY e TOLNAY, 2015, pág. 11). Naturalmente, nem todas as vítimas de linchamento eram homens, negros e sulistas, apesar de se serem a maioria e a mais comum no sul do país. Outras minorias, como indígenas, chineses e mexicanos, também foram vítimas em diferentes partes do país (BAILEY e TOLNAY, 2015, pág. 2).

Os inúmeros casos de linchamento nos EUA chamam bastante atenção por causa de sua extrema violência. A ideia de fazer "justiça" com as próprias mãos, todavia, parece sobretudo contraditório. Isso porque víamos americanos sendo brutalmente torturados e assassinados por outros americanos, muitas das vezes sem seu direito de defesa, ou sem o devido processo legal, o que ia totalmente de encontro aos valores de democracia e da liberdade que a nação buscava em tese propagar. No caso de Tom Robinson, é visível que havia ali uma tentativa de burlar o sistema de justiça por parte dos moradores de Maycomb, que queriam assassinar Tom antes mesmo de ele ter sido colocado em julgamento. Na mente desses indivíduos, era evidente que era culpado, pelo simples fato dele ser negro.

Nessa realidade, os linchadores não necessitavam de maiores razões para propagar a violência. O estupro de uma mulher branca por um afro-americano, contudo, era um forte motivo para muitos desses linchamentos. Nem sempre, todavia, tais razões perpassavam as relações com mulheres brancas, quando muitos linchamentos se originavam de qualquer incômodo na predominância branca, e às vezes a mera desobediência poderia servir de causa. Em mais de um quarto dos linchamentos norteamericanos, a vítima fora acusada de ofender ou insultar a uma pessoa branca (MYRDAL, 1944, pág. 561).

Na história de Harper Lee, quando Tom Robinson estava preso, foi salvo por Atticus, ou melhor, por Scout. E se Scout não estivesse aparecido naquele momento? Em muitos dos casos de linchamento no sul dos EUA, as vítimas, anteriormente ao julgamento, encontravam-se sob a custódia de xerifes. No entanto, os linchadores, ao

obterem acesso às informações de onde encontravam-se seus alvos, invadiam as cadeias e retiravam à força os acusados para darem início ao linchamento. Em certos casos, as autoridades públicas se viam obrigadas a cooperar, ou acabavam também sendo vítimas do *mob*. Por outro lado, houve casos em que as autoridades locais, de maneira oposta à sua função, viam-se coniventes, tolerantes, ou até mesmo participavam dos linchamentos, direta ou indiretamente, de forma que os participantes de tais rituais públicos de violência saíssem impunes de seus crimes (MONSMA, 2013).

Nessa conjuntura, deve-se compreender os casos de linchamento não apenas como uma forma de punição ou descrença no sistema judiciário norte-americano. Para além disso, mais uma vez, chama-se a atenção para o caráter utilitarista dessa violência. Assim como o estupro da mulher negra, os linchamentos também eram empregados em função do receio quanto ao avanço político e social dos negros. Seus fins também eram, então, o de mantê-los no "devido lugar", sem direitos políticos ou civis, no intuito de conservar a ordem social vigente, o *status quo*, no qual há uma sub-hierarquização dos homens e das mulheres negras. Muito embora nos linchamentos havia uma grande participação popular (*poor white trash* foi o termo criado pelos afro-americanos escravizados para se referir aos homens brancos pobres que participavam dos linchamentos), todas essas formas de violência são parte de uma estratégia que também partia da elite branca estadunidense de manter uma unidade, perpetuar a dominação e recuperar a parte do poder político regional que vinham perdendo, especialmente após o período da Reconstrução (MONSMA, 2013).

Conclusão

Tendo em vista tudo o que foi tratado nos capítulos anteriores, pode-se chegar a algumas conclusões. Anteriormente a qualquer coisa, é mister compreender o cerne deste trabalho. É fato que a obra conta uma história fictícia, que se passa em um condado imaginário, com personagens que também não são reais. Entretanto, como já dito, grandes obras literárias, como é o caso de *O sol é para todos*, baseiam-se nos aspectos sociais e culturais da sociedade de que escreve, da mesma forma que a autora, em sua escrita, não

se desvincula dos valores da sociedade a que pertence. Desse modo, entende-se que Harper Lee baliza sua obra em acontecimentos e conceitos reais, e em ideologias que a sociedade norte-americana compartilhou, ou ainda compartilha. Exatamente por essas razões que um romance como *o Sol é para todos* pode tornar-se uma eficiente ferramenta para o estudo da sociedade estadunidense, sobretudo a do sul do país, bem como o preconceito racial contra os negros, que permeia as relações e as organizações sociais e institucionais de todo o país.

Seguidamente, entende-se os séculos de escravização de afrodescendentes, a qual moldou a organização social, política e econômica do país e que reduziu homens e mulheres negras a condições de imensurável humilhação e degradação, como a razão para a disseminação da concepção de inferioridade dos negros e para o enraizamento do racismo nos Estados Unidos da América. Mesmo após o fim da escravidão em todo território nacional com a promulgação da Décima Terceira Emenda à Constituição, em 1865, o preconceito racial ganha força e persiste, sobretudo mediante a sua institucionalização pelas Leis Jim Crow. Tudo isso resulta na formação de um *apartheid*, que, por sua vez, se alimenta da subordinação racial, da violência policial, da segregação e do afastamento dos negros de um sistema de justiça igualitário, ao permitir julgamentos eivados de vícios, tal qual é o caso fictício trazido por Lee, de Tom Robinson.

Por fim, atenta-se para o entendimento e para a crítica à seletividade da história do estupro dos Estados Unidos, que enfoca excessivamente em uma combinação racial de violência sexual: a que envolvia homens negros e mulheres brancas (WRIGGINS, 1983). Tal seletividade exclui dos estudos e das análises de suas consequências os casos de estupro de mulheres negras, tanto por homens brancos quanto negros, que eram ignorados nos julgamentos de tais crimes e nas legislações do país. Da mesma forma, compreende-se a seletividade da justiça norte-americana quando se trata dos casos de estupro perpetrados por homens negros contra mulheres brancas, que instituía penas consideravelmente maiores quando comparados aos casos em que os infratores eram brancos.

Além do mais, chama-se a atenção também para os inúmeros casos de linchamentos de homens negros acusados de estuprar mulheres brancas, antes mesmo de irem a julgamento, por grupos supremacistas brancos, tal qual a *Ku Kux Klan*. Por último,

entende-se o caráter utilitarista tanto do estupro de mulheres negras por homens brancos quanto dos linchamentos, que se tornaram uma maneira de perpetuação do domínio político branco e de conter os avanços sociais, civis e políticos que os afro-americanos vinham conquistando desde o período escravocrata.

Bibliografia

BAILEY, Amy Kate, and TOLNAY, Stewart E. *Lynched: The Victims of Southern Mob Violence*. University of North Carolina Press, 2015

BECK, M. and TOLNAY, Stewart E. *The Killing Fields of the Deep South: The Market for Cotton and the Lynching of Blacks, 1882-1930E*. *American Sociological Review*, 1990.

CARDYN, Lisa. "Sexualized Racism/Gendered Violence: Outraging the Body Politic in the Reconstruction South." *Michigan Law Review*, vol. 100, no. 4, 2002, pp. 675–867.

GOULART, Henrique Rodrigues de Paula. *O Vigia de O Sol é Para Todos: representações do racismo e das relações raciais sulistas na obra de Harper Lee*. Universidade de São Paulo (USP), 2017.

GUFFEY, Elizabeth; Knowing Their Space: Signs of Jim Crow in the Segregated South. *Design Issues*, 2012.

KARNAL, Leandro, PURDY, Sean, FERNANDES, Luiz Estevam, DE MORAIS, Marcus Vinícius. *História dos Estados Unidos: Das origens ao século XXI*. Editora Contexto, 2007.

LEE, Harper. *O sol é para todos – 42ª. Edição*. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 2006.

MONSMA, K. "Linchamento no sul dos EUA e no Vale do Paraíba". *Anais do sexto encontro no brasil meridional*, Florianópolis, 2013.

MORGAN, Edmund S. "Slavery and Freedom: The American Paradox." *The Journal of American History*, vol. 59, no. 1, 1972, pp. 5–29.

MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*. New York: Harper and Brothers, 1944.

SHIELDS, Charles J. *I Am Scout: The Biography of Harper Lee*. *Square Fish*, 2015.

SHIELDS, Charles J. *Mockingbird: A Portrait of Harper Lee: From Scout to Go Set a Watchman*. *Henry Holt and Co.*, 2016.

TOLNAY, Stewart E; BECK, E. M. *A festival of violence: an analysis of southern lynchings, 1882-1930*. Urbana: University of Illinois Press, 1995.

WRIGGINS, Jennifer. "Rape, Racism, and the Law." *Applications Of Feminist Legal Theory*, edited by D. Kelly Weisberg, Temple University Press, 1996, pp. 495–510.

WOLGANG, Marvin E; RIEDEL, Marc. Race, Judicial Discretion, and the Death Penalty. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Vol. 407, Blacks and the Law (May, 1973), pp. 119-133. Published By: Sage Publications, Inc.